

RESENHA

RICH, Jéssica A. J. **Ativismo patrocinado pelo Estado**: burocratas e movimentos sociais no Brasil democrático. Tradução Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. p. 30.

Maio Spellman Quirino de Farias¹

¹Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

A professora Jéssica Rich, membro do Departamento de Ciência Política da Marquette University, nos brinda com uma obra de valor inestimável para os pesquisadores da temática Aids. A maneira como ela abordou a questão atravessa a Ciência Política e transita por outras áreas do conhecimento, notadamente a Saúde Coletiva e as áreas agregadas: Psicologia, Antropologia e Sociologia.

É importante um antropólogo ler este livro pelo trânsito que a temática possui entre Aids e política. Como categorias consideradas como processos mutáveis, a temática em tela passa a ser objeto da Antropologia, porque a Aids não causa um adoecimento apenas circunscrito ao corpo, e a política não é apenas circunscrita ao legislativo ou executivo. Os dois são submetidos a uma construção simbólica e identitária, individual e coletiva, originando lutas e demandas que também não são construções imutáveis, mas, ao contrário, passíveis de questionamentos, reflexões e conquistas, por meio de suas práticas, gerando memórias e identidades.

Prefaciado por Richard Parker, professor visitante sênior do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva (IESC) da UFRJ e presidente da ABIA, o livro foi lançado pela editora Fiocruz, possui 301 páginas e analisa a relação entre Estado e Organizações não Governamentais no campo da política antiaids no Brasil.

O livro é estruturado em sete capítulos pelos quais a autora traça um panorama da história da Aids no Brasil antes, durante e depois do ativismo patrocinado pelo Estado e caracterizado pela governança participativa na relação Estado/Ongs. A partir daí, apresenta o conceito “corporativismo cívico”, inovando na análise e no entendimento das explicações convencionais e, até mesmo, suplantando-os. Esse é o cerne da obra da autora: o conceito de corporativismo cívico é o ativismo patrocinado pelo Estado numa perfeita sinergia com o Movimento Aids, denominado pela autora de advocacia da Aids. Para um melhor detalhamento do livro, vamos apresentá-lo sumariamente.

O *Capítulo Primeiro* é a fundamentação teórica da pesquisa. A autora discute a teoria política, mostrando sua insuficiência para explicar o surgimento de novos movimentos sociais, entre eles, notadamente, a luta contra a Aids no Brasil, por ser um movimento duradouro, não cooptado e relativamente autônomo. Dessa forma, ela sustenta que a nova abordagem para o estudo dos movimentos sociais deve ser o neopluralismo do Estado



heterogêneo, que corrobora com a ideia de Akhil Gupta, ao conceitualizar o Estado como uma mistura de diversas instituições e indivíduos, cujos conflitos podem afetar não apenas a sociedade civil, mas também os vários setores governamentais. Interessante notar, ainda nesse capítulo, a introdução de dois termos: “Burocrata” e “ativismo cívico”, e seus derivados respectivos “atores estatais” e “atores sociais”, que são importantes para a discussão e serão utilizados em todo o livro.

No *Capítulo Segundo*, a autora traça uma espécie de linha do tempo do movimento antiaids no Brasil. Analisa o impacto da chegada da Aids na América Latina, Caribe, África e Estados Unidos e a diferença entre as respostas desses países e a resposta do Brasil à Aids, o momento em que a epidemia aportou no Brasil e o papel dos primeiros ativistas. Também apresenta um panorama do surgimento da Aids no país. Por fim, o capítulo aponta a fraca resposta inicial do governo brasileiro, o que ocasionou a criação de programas estaduais e municipais antes do programa nacional. Estava em consolidação a infraestrutura burocrática estatal de combate à Aids.

O *Capítulo Terceiro* trata da consolidação da infraestrutura burocrática estatal brasileira de resposta à Aids, inserida em um contexto político, que englobava vários países da América Latina, de redemocratização e a transição para o neoliberalismo. A autora aponta três aspectos desse contexto político: as novas questões sociais dos direitos civis e humanos, o surgimento de novas burocracias e o surgimento da governança participativa. A infraestrutura estatal brasileira, de resposta à Aids, cria um novo paradigma, porque rompe com três aspectos básicos em relação às burocracias nacionais de outros países da época: (i) é dirigido por especialistas políticos e ex-ativistas; (ii) grupos de advocacia cívica ganharam influência formal sobre a política de Aids; e (iii) organizações cívicas de Aids eram subsidiadas com recursos do governo, fruto da governança participativa. O capítulo comprova o argumento da autora, citado anteriormente, ou seja, os burocratas apoiaram as mobilizações cívicas como recurso de poder para enfrentar setores da elite política dentro da própria estrutura da burocracia estatal, e isso fez com que o movimento antiaids no Brasil fosse duradouro, autônomo e não cooptado.

O *Capítulo Quarto* mostra que, desenvolvido e consolidado, o movimento estatal expandiu-se, e essa expansão teve como vetor os burocratas e as Ongs. A autora analisa a expansão, geográfica e financeira, do movimento pelos burocratas, numa conjuntura de descentralização da política da Aids na década de 1990. Para isso, comparou os indicadores mais importantes no combate à Aids antes e depois da expansão. Analisa, também, o contexto da governança descentralizada no Brasil, que implica entender a autonomia dos governos estaduais e municipais e o pouco controle social da época. Aborda, ainda, a descentralização da política de HIV/Aids, dentro de um contexto internacional, a qual foi vista como

uma necessidade prática pelos burocratas para que pudessem expandir o programa antiaids para regiões e estados mais longínquos.

O *Capítulo Quinto* analisa a expansão do movimento antiaids pelas organizações de base. É interessante observar que a autora diferencia as organizações cívicas/Ongs em *organizações líderes* e *organizações de base*. As organizações líderes eram as primeiras organizações, fundadas ainda na década de 1980, já as organizações surgidas anos depois, fundadas pelas Ongs líderes, seriam as organizações de base. O grande aporte financeiro, fruto do convênio com o Banco Mundial, fomentou a criação dessas novas Ongs. O capítulo traz gráficos apresentando o perfil das novas organizações que abordam a profissionalização, os orçamentos, o pessoal remunerado ou não e as Ongs dedicadas exclusivamente à Aids. A autora aborda o fato de a governança participativa ter se tornado uma ameaça ao movimento antiaids. A partir daí, ela mostra que houve uma construção de uma coalizão nacional fomentada e apoiada pela própria burocracia federal no sentido de disseminar habilidades políticas e motivação entre esses novos grupos. Há no capítulo um panorama sobre a formação da coalizão do movimento antiaids e burocratas federais e a periodicidade das instâncias hierárquicas de discussões: Fóruns de Ongs/Aids (FOngs/Aids), Encontro Regional de Ongs/Aids (EROngs), Encontro nacional de Ongs/Aids (ENONGs) e a sede efetiva do poder, a Articulação Nacional de Luta contra à Aids (ANAIDS).

No *Capítulo Sexto*, o livro chega à segunda década dos anos 2000. A autora apresenta um panorama do Movimento Aids no Brasil em meados de 2010, comparando com o ativismo existente nos anos 1980 e 1990. Nesse panorama, a autora fala sobre a capacidade que o movimento teve de unificar as estratégias de luta institucionais e contenciosas. Essas duas estratégias foram utilizadas de forma híbrida, de maneira que agregavam as estratégias contenciosas, utilizadas desde o princípio no combate à Aids e preservavam as estratégias institucionais, por exemplo, os *lobbys* junto aos três poderes: legislativo, judiciário e executivo. Dessa forma, estava mantido o padrão de apoio mútuo antiaids entre o ativismo estatal e o ativismo cívico/social.

No *Capítulo Final*, o *Sétimo*, a autora traz o conceito talvez mais importante do seu trabalho: o corporativismo cívico que contém um novo modelo de relação Estado/Sociedade no qual atores no governo central apoiam ativamente a mobilização e a organização cívica como meio de obter recursos políticos e influência sobre outros atores. Essa concepção difere de outras, primeiro porque não envolve mecanismos explícitos de controle estatal e depois porque incorporou uma ampla variedade de interesses sociais que estiveram excluídos da política durante a maior parte da história moderna. Nesse sentido, a autora observa o movimento antiaids como resiliente, desafiando o senso comum de que os movimentos sociais latino-americanos são cooptados ou duram pouco, exatamente

porque o movimento no Brasil não teve vida curta e nem foi cooptado. A partir do conceito de corporativismo cívico, a autora categoriza os dois locais de arenas de luta: o corporativismo estatal e o ativismo cívico/social.

O livro inteiro é transversalizado e permeado por uma sutil e leve neblina de memórias que ressignificam o movimento anti-aids no Brasil. São memórias de lutas, memórias de ativistas, memórias de demandas, memórias daquilo que faltava, memórias de vítimas, memórias de Ongs, memórias de desejos, memórias de gestões e memórias de ações. Nesse sentido, o livro nos leva à compreensão de que não foi apenas um movimento de Ongs que deu certo porque pressionou burocracias estatais.

O legado do movimento é a sua memória que comprova que a resposta brasileira à Aids funciona até hoje porque conseguiu agregar e manter os interesses dos atores sociais com os interesses dos atores estatais numa coalizção que forjou, como um ferreiro em seu ofício, sua identidade: martelo e bigorna se fundiram.

Nas palavras de Candau (2011, p. 16),

[...] a memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento.

Não é o caso agora, porque não é o final. A luta continua!

REFERÊNCIAS

CANAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução: Maria L. Ferreira. São Paulo. Contexto, 2011.

Submetido em: 6/12/2022

Aprovado em: 12/12/2022

Maio Spellman Quirino de Farias

msqf@academico.ufpb.br

Doutorando em Antropologia (UFPB), pesquisando a temática política, memória e identidade da luta contra a Aids na Paraíba, orientado pela professora Mónica Franch. Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Psicólogo Clínico.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7863-4511/>